

As lições que nos vêm da Austrália e do Japão

09 JUN 1989
JORNAL DA TARDE

Duas notícias de países tão diferentes entre si como o Japão e a Austrália, e tão distantes de nós, servem como excelente demonstração de como persiste no Brasil um certo número de preconceitos, teimosos, resistentes a qualquer demonstração de resultados e capazes de produzir os piores efeitos tanto na nossa política como na nossa economia. Ouvimos com freqüência cada vez maior, de praticamente todos os candidatos à Presidência, que uma das causas fundamentais da crise por que passa o nosso país é o peso representado pela enorme dívida externa, já na casa dos 120 bilhões de dólares.

Tanto no Brasil como nos outros grandes países devedores da América Latina, a dívida há muito tempo tem servido aos devaneios retóricos e às frases bombásticas e demagógicas em que o nosso continente é tão rico. Se precisávamos de alguma cortina de fumaça para esconder nossa insuperável incompetência política, que nos impede de reorientar o nosso desenvolvimento e aderir à modernidade, representada pela inovação tecnológica, o regime de liberdade econômica e a drástica diminuição do Estado, a dívida externa surgiu como um presente dos céus.

Na Argentina o presidente Alfonsín e o seu sucessor Carlos Ménem encontram nesse problema e na queixa contra os países credores um dos raros pontos em que se conseguem entender. Na Venezuela, o presidente Carlos Andrés Perez, desde que foi surpreendido por uma revolta popular logo depois de sua posse, sempre encontra uma oportunidade de culpar os credores externos pelas mazelas do seu país e, agora, pela tragédia argentina. E aqui no Brasil não há político, sobretudo se ele é candidato a presidente, que deixe passar uma semana sem malhar com veemência o Grande Satã do FMI.

Ora, a dívida externa da Austrália acaba de ultrapassar os 77 bilhões de dólares. O primeiro-ministro trabalhista Robert Hawke, sofre críticas da oposição, como é normal num regime democrático, mas lá ninguém está atribuindo a responsabilidade da crise à dívida, mesmo porque não há crise na Austrália. Apesar de uma dívida que é muitas vezes maior do que a brasileira, em termos relativos (se considermos, por exemplo, que a população australiana, de 16 milhões, é cerca de nove vezes menor que a nossa), a Austrália continua crescendo e exibindo uma vitalidade econômica que atrai capitais e imigrantes de todo o mundo, inclusive brasileiros.

O país cresceu 3,7%, em 1988, e a previsão para este ano é de uma taxa semelhante. Por que a dívida entra no desenvolvimento da América Latina e não o da Austrália — ou o da Coreia do Sul, que vai pagando e reduzindo tranquilamente sua dívida, também proporcionalmente maior do que a nossa, sem prejudicar seu vertiginoso desenvolvimento econômico? Eis aí uma excelente pergunta ao candidato Leonel Brizola, que trocou o modelo "socialista Moreno" pelo modelo australiano, que ninguém, até agora, conseguiu entender bem o que é.

Apesar do crescimento australiano com uma dívida maior do que a nossa, o sr. Brizola, cuja ignorância a respeito dos problemas que lhe são colocados chega a espantar, continua com suas bravatas contra os credores externos. Onde está a lição do "modelo australiano" neste caso? Que a dívida externa é um problema, ninguém o nega, nem aqui nem na Austrália. Mas decididamente não é ela que impede o nosso desenvolvimento.

O sr. Brizola, cada vez mais obcecado pelo exemplo de seu mestre Getúlio Vargas, o principal artífice entre nós da centralização administrativa e da interferência do Estado na economia e na vida sindical, tanto de trabalhadores como de empresários, não pode mesmo perceber que está justamente aí, no legado de seu ideólogo preferido, a raiz de nossos males. E não na dívida externa.

Quanto à notícia que vem do Japão, ela mostra que, dois anos depois de sua privatização, o sistema ferroviário daquele país apresentou lucros recordes no ano passado: 1 bilhão e meio de dólares, ou 39,8% a mais do que no ano anterior. Antes da privatização, o setor acumulava dívidas da ordem de 263,5 bilhões de dólares! Os grupos privados que assumiram o controle das ferrovias reduziram custos e demitiram funcionários ociosos, dentro de um rígido programa de austeridade, que em dois anos mudou totalmente a situação.

Este fato encerra para nós outra lição ao mesmo tempo muito simples e difícil de ser aprendida, por causa da teimosia do preconceito: ele é mais uma prova de que mesmo em setores considerados essenciais, como o do transporte, a privatização é a solução. Dois outros presidenciáveis de esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e Mário Covas, do PSDB, sabem muito bem que o setor público, sobretudo as empresas estatais, vão muito mal. Mas o remédio que propõem é "moralizar" e tornar "eficientes" aquelas empresas. Nada melhor do que apontar-lhes então este exemplo: apesar de seus altos padrões de eficiência e disciplina, talvez os mais altos do mundo, os japoneses não conseguiram em suas ferrovias estatizadas o que Lula e Covas querem fazer aqui em nossas falidas estatais.

E para que não se aleguem as "peculiaridades" da sociedade japonesa, que tornariam suas experiências intransferíveis, na mesma ocasião a Comissão de Relações Exteriores da Câmara ouvia, outro dia, em Brasília, depoimentos de funcionários e empresários franceses sobre o êxito do programa de privatização, executado na França entre 86 e 88. Melhorou-se a eficiência do sistema econômico, reduziu-se o déficit público e democratizou-se o capital, com milhões de franceses tornando-se acionistas.

Ainda bem que nem o sr. Brizola, nem Lula, nem Covas parecem em condições de entusiasmar o eleitorado.